

-----ACTA N.º 6-----

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 18 DE JULHO DE 1996-----

-----Aos dezoito dias do mês de Julho de mil novecentos e noventa e seis, pelas vinte e uma horas e trinta minutos reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no Auditório Municipal, sito na Avenida Cinco de Outubro, nesta Cidade, para uma Sessão Extraordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----PONTO UM - CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA APOIO À REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELAS INTEMPÉRIES QUE OCORRERAM NOS MESES DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO E JANEIRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS - OBRAS DE REPARAÇÃO NA REDE VIÁRIA ATÉ AO MONTANTE DE CENTO E VINTE MIL E QUINHENTOS CONTOS - DECRETO-LEI NÚMERO QUARENTA E SETE BARRA, NOVENTA E SEIS DE QUINZE DE MAIO.-----

-----PONTO DOIS - REESTRUTURAÇÃO DA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS - RECLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL - AJUSTAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL.-----

-----PONTO TRÊS - AQUISIÇÃO À QUIMIGAL, SOCIEDADE ANÓNIMA DOS TERRENOS ENVOLVENTES AO MERCADO MUNICIPAL COBERTO - PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE / REPARTIÇÃO DE ENCARGOS.-----

-----PONTO QUATRO - AQUISIÇÃO DE PRÉDIO E TERRENO CONFINANTES COM INSTALAÇÕES MUNICIPAIS / ESTALEIRO / SAIBREIRA - VALOR DA AQUISIÇÃO EXTRAJUDICIAL. -----

-----Presidiu o Sr. José António Vale Paulos tendo sido secretariado pelos Srs. Mário Manuel de Jesus Miranda e João Batista Vieira dos Santos, com funções de primeiro e segundo secretário, respectivamente.-----

-----Estiveram também presentes os membros da Assembleia Municipal que se passam a indicar:-----

-----Joaquim José Vidal Severino, Maria da Conceição Coelho Carichas, António Martins Bento, Manuel Oliveira da Silva, José Alberto Ferreira Menino, Graça Maria Ferreira de Oliveira Saraiva, David Bernardino dos Santos, Venerando António Aspra de Matos, Viriato da Costa e Sousa Batalha, Luís Filipe Natal Marques, Vítor Manuel Vitorino, Isália Maria Damaso A. Domingos, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristóvão, José Filipe Ferreira Henriques, Amílcar Ribeiro Duarte, Constantino Mendes Vicente, Augusto de Oliveira Aniceto, José Manuel Ferreira Antunes, Jacinto Maria Sarreira da Silva, Hermenegildo Santos Ramos, José Faustino Teles Ferreira, Horácio Orlando da Silva, António Augusto Alves, José Franco Justino, Carlos

Alberto Lopes Veloso, João Carlos Drumond de Sousa, Maria Madalena S. A. Baeta Magalhães Batista.-----

----Faltaram os membros da Assembleia Srs.:-----

----Carlos Manuel Soares Miguel, Maria Teresa Sousa de Moura Guedes, Vítor Sérgio Pereira da Silva, Pedro Domingos Jorge, Rosa Maria Mendes Matos Alves, João Henrique Barata Farinha, António Fernando Alves Fortunato, Francisco Manuel da Conceição Alves, Marco António Ribeiro de Oliveira, Raúl Franco, Acácio Augusto dos Santos, Manuel Luis Pereira, Manuel Vitorino M. Veloso Abrantes, Porfírio Martins Ferreira Gil e Jorge Alexandre da Silva Nunes.-----

----Esteve também presente o Sr. Presidente da Câmara, Jacinto António Franco Leandro.-----

----Presente que estava a maioria dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa deu por aberta a Sessão, entrando-se no Período Antes da Ordem do dia:-----

----**LEITURA DE CORRESPONDÊNCIA:**-----

----O Sr. Mário Miranda passou a ler a correspondência recebida pela Mesa, tendo sido todos os documentos numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria anexa ao Livro de Actas:-----

----Anotou-se que foram numerados sete documentos que a seguir se indicam:-----

----Documento número um - Carta do Sr. José Alberto Ferreira Menino de dez de Julho, solicitando justificação da sua falta à reunião do passado dia vinte e seis de Junho.-----

----Documento número dois - Ofício circular número setenta e dois, barra, noventa e seis da Associação Nacional de Municípios Portugêses, de três do mês em curso, dando conhecimento da realização do Vigésimo Terceiro Congresso Ibero-Americano de Municípios a realizar em Lisboa de vinte e dois a vinte e cinco de Outubro próximo.-----

----Documento número três - Ofício Circular número setenta e três, barra, noventa e seis da Associação Nacional de Municípios Portugueses de oito do mês em curso remetendo folheto informativo da Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais informatizados, sobre os direitos do cidadão face à informática.-----

----Documento número cinco - Ofício da Câmara Municipal de Santarém número sete mil trezentos e noventa e três de vinte de Junho último, solicitando a colaboração da Assembleia Municipal com uma contribuição pessoal simbólica de mil escudos para apoio à edificação de um Monumento Nacional ao vinte e cinco de Abril e a Salgueiro Maia.-----

----Documento número seis - Ofício do Gabinete do Secretário de Estado das Obras Públicas, número dois mil quinhentos e dezanove de dois do mês em curso, referente às taxas de portagem do A oito sublanço Malveira - Torres Vedras.-----

----Documento número sete - Ofício da Brisa Auto-Estradas de Portugal S.A. número doze mil quinhentos e oitenta e cinco de cinco do corrente, referente às taxas de Portagem da A oito Auto-

Estrada Loures / Torres Vedras.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida, bem como aceitar a justificação de falta apresentada.-----

----Entrou-se de imediato no Período Antes da Ordem do Dia.-----

ATERRO SANITÁRIO INTERMUNICIPAL TORRES VEDRAS/LOURINHÃ – SESSÃO DE ESCLARECIMENTO:-----

----Interveio o membro da Assembleia Municipal Sr. Viriato Batalha para felicitar a Câmara pela iniciativa levada a cabo no Ramalhal, concretamente a realização de uma Sessão de Esclarecimento sobre o aterro sanitário. Congratulou-se pelo facto de a questão não ter sido politizada, tendo decorrido da melhor forma. Considerou a iniciativa bastante proveitosa, independentemente das pessoas concordarem ou não com aquele equipamento.-----

----Referiu que não concorda com a solução encontrada, devendo optar-se pela incineração, mas aguarda a discussão deste assunto em devido tempo.-----

----Considerou que a decisão de o aterro se localizar no Ramalhal é também uma decisão política e não só técnica, pelo que a Câmara deveria “compensar” aquela Freguesia com algumas “regalias” dados os grandes problemas de poluição que já lá existem.-----

----Concluiu referindo que aguarda uma discussão mais ampla deste assunto no âmbito da Assembleia Municipal.-----

----De seguida usou da palavra o membro da Assembleia Municipal Sr. Manuel Oliveira contestando a sugestão do Sr. Viriato Batalha de vir a ser adoptada como solução uma incineradora, pois é uma grande fonte poluidora da atmosfera e não dispensa um aterro para destino final das escórias.-----

----Declarou que um aterro não é uma solução óptima, mas sim transitória, com um tempo de vida de oito a dez anos.-----

----Quanto à localização referiu que a escolha assentou num parecer técnico obedecendo a normas internacionais para cada área dentro de um plano nacional para estes equipamentos. Considerou que este aterro trará alguns benefícios ao Ramalhal como seja a construção de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais para se iniciar finalmente a despoluição do Rio Alcabrichel.-----

----Entende que uma das reivindicações que a população do Ramalhal poderá fazer é a da questão das acessibilidades e do acompanhamento da gestão do Aterro, devendo haver para o efeito uma Comissão de Acompanhamento que tenha poderes de intervenção imediata, em caso de anomalia.---

----Dado ter participado na Sessão de esclarecimento e ter assistido às preocupações da população de Ramalhal sobre a poluição ambiental que já se vive na zona, provocada por várias fontes poluidoras como sejam os fornos de carvão vegetal, e as suiniculturas, manifestou a sua

solidariedade para com a referida população.-----

----Solicitou, assim, todo o empenho da Câmara e da Assembleia Municipal no sentido de resolver os problemas de saúde pública daquela Freguesia.-----

----Interveio o membro da Assembleia Municipal Sr. Vidal Severino referindo que ficou um pouco decepcionado na Sessão pública quando a resposta a uma pergunta que colocou foi dada por um elemento da empresa que está a fazer o estudo. Parece-lhe que os Técnicos da Câmara é que deveriam ter respondido, pois é a Autarquia que deve saber quais os prejuízos que aquela infraestrutura acarreta para o Ramalhal.-----

----No entanto considerou a iniciativa válida e esclarecedora para todos.-----

----De seguida interveio o membro da Assembleia Municipal Sr. Venerando de Matos, subscrevendo a intervenção do Sr. Manuel Oliveira e manifestando também a sua solidariedade para com a população do Ramalhal.-----

----Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Ramalhal agradecendo a participação de todos os Autarcas que estiveram presentes na Sessão de esclarecimento.-----

----Declarou que no final da Sessão ficou a ideia de que a opinião da população é de que a Câmara “está mais preocupada” em receber um milhão de contos do que aliviar a poluição que aflige a população”. Contudo no seu entender o aterro embora não acarrete grandes problemas ambientais é mais uma preocupação.-----

----Assim, alertou para a necessidade de acabar com algumas fontes poluidoras já existentes de modo a satisfazer a população e a conduzir a uma maior aceitação daquele equipamento. Alertou ainda o Executivo para o contra-senso de o Ramalhal vir a aceitar todo o lixo do Concelho, quando a população local não tem caixotes em número suficiente para recolha do seu próprio lixo.---

----Por sua vez o membro da Assembleia Sr. António Bento, a propósito das notícias vindas a lume sobre a possibilidade de o Aterro Municipal poder vir a receber resíduos dos Concelhos de Sobral e Lourinhã, pretendeu também esclarecimentos e alertou para os impactes negativos dessa situação, nomeadamente a nível do desgaste das nossas vias municipais. -----

----O membro da Assembleia Sra. Graça Oliveira, a propósito do convite feito aos membros deste Órgão para a Sessão de Esclarecimentos, lamentou que o aviso não tivesse sido feito em tempo útil.-----

----Enalteceu o melindre deste processo, pelo que solicitou informação sobre se há ou não intenção de o agendar em termos formais.-----

----Pedi também esclarecimentos sobre as técnicas a utilizar no funcionamento do futuro Aterro.---

----Considerou este ponto de extrema importância, dadas as inúmeras situações que já se verificam naquela Freguesia.-----

----O Sr. Presidente da Câmara, comungou da preocupação manifestada em relação à poluição da

Freguesia do Ramalhal decorrente de indústrias de há muito instaladas, estando a promover diligências junto das entidades licenciadoras da Administração Central para um total levantamento das situações existentes, sendo que o aterro sanitário nada tem a ver com o que de há muito existe. --

----Quanto à questão formal levantada pelo Sr. Vidal Severino, sobre os pedidos de esclarecimentos, informou ter sido ele próprio a solicitar aos técnicos da empresa vencedora do concurso, dado ter considerado tratarem-se de questões técnicas e não políticas, pelo que estes estariam mais habilitados para o efeito e até numa perspectiva de total isenção.-----

----O Sr. Presidente rebateu o que poderá ser uma ideia generalizada da população em termos da filosofia da Câmara sobre a questão da localização do Aterro, declarando que de facto estão em causa questões financeiras, mas que em nada contribui para a escolha do local.-----

----Compreende a posição das populações, até, face a diversos casos ocorridos no País e amplamente divulgados pela Comunicação Social. No entanto apela à calma e ponderação pois trata-se de um projecto com uma forte componente técnica, havendo daí garantias de que os interesses das populações e do Ambiente serão devidamente preservados.-----

----Sobre a questão do alargamento desta infraestrutura a mais dois Concelhos e o acréscimo de saturação das rodovias, informou que a tal acontecer nunca haverá uma utilização diária, uma vez que cada Município terá de dispor de estações de recolha e compactação.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RELACIONAMENTO ENTRE A CÂMARA E A ASSEMBLEIA MUNICIPAL- APOIO LOGÍSTICO - FUNCIONAMENTO:-----

----Usou da palavra o membro da Assembleia Municipal Sr. Conceição Carichas alertando a Assembleia para o relacionamento existente entre o Executivo e o Órgão Deliberativo.-----

----Assim referiu que como é hábito do seu Grupo Municipal no dia anterior reuniram e reflectiram sobre esta questão. Têm consciência de que foram eleitos por uma determinada força política que representa os cidadãos que os elegeram e por isso não gostam de assumir posições individuais quando os assuntos são de natureza colectiva. Os resultados da análise que fizeram são de alguma decepção pois concluíram que são convocados não porque o Executivo tenha necessidade de ouvir a opinião do Órgão Deliberativo, mas apenas porque é uma obrigação legal a deliberação da Assembleia Municipal.-----

----Referiu que acresce o facto de os documentos serem distribuídos com pouca antecedência o que não permite a cada grupo uma análise detalhada e o assumir de uma maior responsabilidade.-- -----

----Lamentou que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não se certifique de que os documentos serão entregues atempadamente antes da convocação da reunião.-----

----Lembrou que nenhum dos membros da Assembleia Municipal tem formação específica para Autarca, tal como acontece com os membros do Executivo. No entanto estes últimos têm os seus

apoios técnicos que os ajudam a desempenhar as suas funções enquanto que com os membros da Assembleia isso não acontece.-----

-----Sugeriu, assim, que para além da documentação oficial fosse enviada aos membros da Assembleias com algum tempo, documentação pormenorizada de apoio, de modo a avaliarem a gestão da Câmara de forma mais eficaz.-----

-----Parece-lhe que se tudo isto fosse feito seria poupado muito tempo na Assembleia Municipal com perguntas ao Presidente da Câmara que por vezes não fariam sentido.-----

-----De seguida interveio o Membro da Assembleia Municipal Sr. Vidal Severino lembrando que aquando da campanha para as eleições Autárquicas foi candidato a Presidente e apresentou no seu programa eleitoral um novo modelo de funcionamento da Assembleia Municipal, lembrou que era sua intenção que a Mesa viesse a ser composta por elementos dos diversos partidos políticos e que iria dispor de um dia por semana para receber munícipes. Por outro lado referiu que seria importante reunir com os “líderes” para preparar as agendas das Sessões.-----

-----Declarou que desde a primeira hora esta Assembleia não tem sido tratada da melhor forma pela Mesa e que deveria ter mais apoio a nível administrativo.-----

-----Considerou lamentável que a correspondência continue a não ser distribuída aos “líderes” conforme tem pedido por diversas vezes, perdendo-se muito tempo com a sua leitura e explicação.---

-----Sobre este assunto o Sr. Presidente da Mesa declarou que tem sido seguida a metodologia habitual para a convocação das Sessões e constituição da Mesa, tendo sido seu entendimento que assim deveria ser enquanto se mantivesse a suspensão do Presidente da Assembleia Municipal.-----

-----Esclareceu que a Mesa se tem empenhado no reforço do apoio à Assembleia, mas não foi ainda possível melhorar, restando agora a possibilidade de ser colocado mais um elemento na Secção. -----

-----No que se refere à correspondência, informou que a mais importante tem sido distribuída por fotocópia.-----

-----Usou da palavra o membro da Assembleia Municipal Sr. Luís Natal Marques corroborando o que foi dito acerca do apoio ao Órgão Deliberativo. No entanto aguarda que o Executivo a curto prazo assuma uma posição sobre o assunto.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara tipificou o actual quadro legal que rege as competências de cada um dos Órgãos e ainda o que está legalmente consagrado no Regimento da Assembleia.-----

-----Referindo-se concretamente aos pontos da presente agenda, confirma que dúvidas não restam quanto à exigência legal da deliberação formal da Assembleia.-----

-----Respondendo à preocupação manifestada pelo Membro da Assembleia Municipal Sr. Natal Marques, reconhece que de facto as condições de apoio para o cabal funcionamento do Órgão Deliberativo não serão as ideais. No entanto deixa a promessa que no próximo ano serão tomadas

medidas para melhorar esta situação.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ELEVAÇÃO DO TURCIFAL À CATEGORIA DE VILA:-----

----Interveio o Presidente da Junta de Freguesia do Turcifal Sr. José Franco Justino referindo que foi alertado para uma notícia publicada num Jornal local em que dava nota que o Sr. Deputado Duarte Pacheco tinha apresentado na Assembleia da República um projecto para a elevação do Turcifal à categoria de Vila. Considerou estranho o comportamento do referido deputado pois no seu entender a Junta de Freguesia é a entidade mais representativa da freguesia e deveria ser a primeira a ser consultada, o que não aconteceu.-----

----Declarou que esta atitude se reveste de oportunismo político pois é a Junta que representa a população e embora seja desejo daquela Autarquia a elevação do Turcifal a Vila, entende que não é uma situação de que depende o bem estar das pessoas e que deve ser ponderada.-----

----Concluiu em nome da Junta que representa reafirmando que a tomada de posição do Sr. Deputado Duarte Pacheco foi de “oportunismo político”.-----

----De seguida usou da palavra o membro da Assembleia Municipal Sr. Venerando de Matos manifestando a sua solidariedade para com o Presidente da Junta de Freguesia de Turcifal, pois de facto aquela Autarquia devia ser a primeira entidade consultada.-----

----Igual posição foi manifestada pelo membro da Assembleia Municipal Sr. José Menino, no entendimento de que, pese embora o facto de o objecto da proposta ser justo, os meios utilizados para a condução do processo não foram os mais éticos uma vez que à Autarquia local não lhe foi dado o papel que institucionalmente lhe cabia.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EDIFÍCIO EM CONSTRUÇÃO A NORTE DO BAIRRO VILA MORENA:-----

----Na sequência de intervenção proferida na última Sessão da Assembleia Municipal interveio o membro da Assembleia Municipal Sr. Venerando de Matos para esclarecer que não pretendeu acusar a Câmara ou o seu Presidente de diversas situações que considerou como um “atentado urbanístico”, tal como viu escrito num Jornal Local.-----

----No entanto não deixou de referir que uma semana depois dessa reunião pode ver exposto na Feira de São Pedro e divulgado num Jornal o projecto referente ao prédio em título que confirmou os seus receios.-----

----Parece-lhe que aquela obra não está de acordo com o Plano Director Municipal, mas sabe que lhe será afirmado que o mesmo foi licenciado antes da aprovação daquele instrumento urbanístico. Lamentou que aquando das diversas discussões sobre o Plano Director Municipal nos anos de noventa e um e noventa e dois, e a demora da sua aprovação, não tivesse sido tido em conta os alertas que fez para que o mesmo não estivesse já ultrapassado na data da sua entrada em vigor.-----

-----No seu entender o edifício em causa tem uma volumetria exagerada e foi utilizado um “estratagema” estranho de contar o número de pisos a meio da encosta.-----

-----Assim, deixou clara a sua dúvida quanto à data da aprovação do projecto e se o mesmo está de acordo ou não com o Plano Director Municipal, pelo que solicitou esclarecimentos sobre o processo.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara fez um pequeno historial sobre os edifícios em questão, ressaltando que não se trata de uma urbanização, mas sim de licenciamentos de obras distintos. Independentemente da topografia do terreno, o que poderá provocar impactos não previstos, as cêrceas em si mesmas estão dentro dos parâmetros estabelecidos no Plano Director Municipal. Não deixou de mostrar a sua preocupação quanto aos impactes em termos de ligações viárias do conjunto que ali vai surgir, questão esta que está a ser devidamente equacionada pela Câmara.-----

-----Voltou a intervir o membro da Assembleia Municipal Sr. Venerando de Matos, para declarar a sua confusão sobre este dossier, referindo que talvez a pessoa certa para o esclarecer não fosse o actual Presidente da Câmara, muito embora, institucionalmente este a represente. Lembrou que, na altura própria, por várias vezes, levantou a questão do número de pisos naquela zona e o ponto a partir dos quais os mesmos eram contados. Ao ser-lhe dado como referência a “cota de soleira” reconhece que não ficou esclarecido, e que este parâmetro tem servido de “estratagema” em várias situações, como na prática tem sido demonstrado em casos que já tiveram impacto nacional.--

-----Relembrou a discussão havida no sentido de recuar as cotas de construção ao longo das colinas de Torres Vedras o que no presente caso não aconteceu.-----

-----Entende que os instrumentos de gestão urbanística devem, para além de dar balizas aos promotores, servir acima de tudo os interesses do Município.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CASCATA JUNTO AO CENTRO COORDENADOR DE TRANSPORTES TERRESTRES CUSTOS:-----

-----O membro da Assembleia Municipal Sr. Venerando de Matos, referindo-se aos custos da obra em título, informou que já teve conhecimento dos mesmos através da Comunicação Social Local.----

-----Assim questionou qual será o custo de manutenção da cascata e se já há algum projecto para o resto do muro, o qual merece algum tratamento.-----

-----Também o membro da Assembleia Sr. António Bento, solicitou esclarecimentos sobre este assunto.-----

-----Por sua vez o membro da Assembleia Sr. José Menino teceu os mais diversos considerandos sobre este assunto, salientando que, em obras deste cariz é difícil haver um consenso geral, dada a diferença de sensibilidades. Contudo sugeriu a introdução de elementos verdes naquele conjunto como forma de melhorar o seu aspecto visual.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara confirmou os montantes apresentados em termos de custos da obra e mostrou a disponibilidade da Câmara para vir a completar o embelezamento da parte restante do muro, aceitando para à efeito ideias e sugestões que venham a ser apresentadas por pessoas com alguma sensibilidade na matéria.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

SECTOR DE TRÂNSITO – SINALIZAÇÃO JUNTO À AVENIDA DA LIBERDADE:-----

-----Interveio o membro da Assembleia Municipal Sr. Venerando de Matos para felicitar a Câmara pela solução encontrada na Avenida em título, considerando-a bem conseguida.-----

-----Sugeriu que soluções deste tipo viessem a ser implementadas noutras zonas da cidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SECTOR DE PARQUES E JARDINS – COLOCAÇÃO DE BANCOS:-----

-----Pelo membro da Assembleia Municipal Sr. Venerando de Matos e na sequência de sugestões de vários Munícipes foi apresentada proposta ao Sr. Presidente da Câmara no sentido de virem a ser colocados bancos de jardim em diversas zonas da Cidade, nomeadamente em espaços ajardinados, permitindo assim o descanso a quem percorre a Cidade.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara informou ter anotado.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

POÇO NA PRAÇA MACHADO SANTOS:-----

-----Usou da palavra o membro da Assembleia Municipal Sr. Luis Natal Marques solicitando informação concreta sobre o Poço em título, nomeadamente quanto ao seu interesse histórico.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara, sobre esta matéria distinguiu a sua intervenção em duas vertentes. A primeira no aspecto pedagógico do ponto de vista das formas de abastecimento de água às populações em décadas anteriores, e a segunda sobre o ponto de vista histórico e do valor patrimonial do poço em causa. Aludiu ao Relatório Técnico que conclui pela falta de valor histórico - patrimonial do Poço. Perante estes factos e dada a necessidade de revalorizar tão importante espaço no âmbito do Centro Histórico, entende que haverá que tomar opções.-----

-----O projecto aponta para uma ampla fruição de todo o espaço por parte do cidadão, prevendo-se o total calcetamento o que não impede a manutenção do referido poço a nível do subsolo, podendo assim, em qualquer momento e desde que haja fundamentação técnica, ser posto a descoberto.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS AO NÍVEL DAS FREGUESIAS:-----

-----Interveio o membro da Assembleia Municipal Sr. Luis Natal Marques, referindo que na sequência de diversas intervenções verificadas por parte dos Srs. Presidentes de Junta, quer nesta, quer noutras reuniões, acerca da falta de recipientes para recolha de resíduos sólidos, lhe parece que este é um assunto que deve ser tratado.-----

-----Assim sugeriu que viesse a ser implementado um novo sistema de recolha numa Freguesia Piloto para testar eventuais formas de melhorar esse serviço.-----

-----De seguida usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeira para agradecer a colocação de diversos recipientes de recolha de resíduos na sua Freguesia.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara deu nota dos passos já dados a nível de alguma experiência em matéria de recolha do lixo numa Freguesia, no entendimento de se tratar de uma experiência piloto. Salientou que o problema de fundo é a falta de meios, daí ser esta uma área para a qual se apresentou candidatura ao PROSIURB, na expectativa de, com a implementação de um novo sistema na cidade se poder vir a libertar os recipientes e distribuí-los pelas Freguesias.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

A8 – CUSTO DA PORTAGEM:-----

-----O membro da Assembleia Municipal Sr. Luis Natal Marques solicitou à Mesa a cedência da carta da Brisa e do ofício do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território lidas na presente reunião, pois as mesmas vêm confirmar que de facto existem dois pesos e duas medidas, pelo que gostaria de analisar melhor esta questão.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa informou que seria remetida fotocópia dos dois documentos a todos os líderes dos Grupos Municipais.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INICIATIVAS MUNICIPAIS DE CARACTER CULTURAL, TURÍSTICO E DESPORTIVO

– GESTÃO:-----

-----Interveio o membro da Assembleia Municipal Sr. Luis Natal Marques alertando o Executivo para a necessidade de vir a ser encontrada uma forma clara de gestão de grandes iniciativas municipais tais como a Feira de São Pedro e o Troféu Joaquim Agostinho. São iniciativas que envolvem muitos meios e muito pessoal, pelo que todos ficarão a ganhar se a sua gestão for clarificada.-----

-----Assim sugeriu que viesse a ser analisada a hipótese da criação de uma Associação ou uma Fundação que pudesse centralizar a organização dessas iniciativas, através de pessoal próprio, tudo numa perspectiva de clareza e transparência a todos os níveis.-----

-----O membro da Assembleia Municipal Sr. António Bento, congratulou-se com esta intervenção, cujo tema considera de grande pertinência, dado o envolvimento de meios humanos e financeiros que às mesmas são afectados, sem que claramente se conheça o modo de gestão utilizado.-----

-----Citou o caso das iniciativas de âmbito desportivo e a recente criação de uma Associação supostamente para gerir em conjunto com a Câmara essas iniciativas.-----

-----Contudo, pese embora o que se encontra nos Estatutos, a situação para si continua a não ser clara pois há uma componente de participação de pessoal camarário com os inerentes encargos

financeiros, que gostaria de ver clarificado.-----

----O Sr. Presidente da Câmara declarou que, sendo as actas do Executivo públicas, facilmente se poderá constatar que de há muito a Câmara vem manifestando fortes preocupações nesta matéria, reconhecendo a necessidade urgente de criação de uma estrutura que dê suporte às várias iniciativas municipais. Concretamente nos últimos meses, deram-se passos importantes neste sentido, havendo já um projecto de Estatutos para uma futura Associação, da qual poderão fazer parte a Câmara, Junta de Freguesia, Associações Locais e todas as forças vivas da comunidade tudo numa clara salvaguarda da participação da Câmara, dado considerar que historicamente as mesmas nunca poderão deixar de ter o emblema do Município.-----

ESTRADA NACIONAL TREZENTOS E SETENTA E QUATRO ENTRE CARVOEIRA E SÃO DOMINGOS DE CAMÕES:-----

----Interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeira Sr. José Manuel Cristóvão solicitando a intervenção da Câmara junto da Junta Autónoma de Estradas no sentido de a Estrada em título vir a ser reabilitada pois encontra-se quase intransitável.-----

----O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que todas as medidas já foram tomadas pela Câmara, conforme se pode comprovar pela troca de correspondência havida com a Junta Autónoma de Estradas.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - VIATURAS ABANDONADAS – SUCATA NA ZIBREIRA – PEDIDO DE ACTUAÇÃO POR PARTE DA CÂMARA:-----

----Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeira para alertar o Executivo para a necessidade urgente de vir a ser retirada toda a sucata que se encontra nas ruas de Zibreira.----

----Questionou da possibilidade de a Câmara vir a adquirir um “reboque” para remoção de diversas viaturas abandonadas que se encontram nas vias públicas quer na cidade, quer nas Freguesias.-----

----O Sr. Presidente da Câmara informou ser esta uma matéria que lhe tem merecido especial atenção, tendo já sido efectuadas diversas recolhas, muito embora, nesta fase, se estejam a estudar mecanismos mais céleres para concretizar a remoção dessas viaturas, dado que a metodologia até agora seguida não tem dado os resultados que se pretendia.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

CENTRO DE SAÚDE DE TORRES VEDRAS - IC UM - PASSAGEM SUPERIOR SOBRE A AVENIDA GENERAL HUMBERTO DELGADO – PONTO DE SITUAÇÃO:-----

----O membro da Assembleia Municipal, Sr. António Bento, pediu esclarecimentos sobre os processos em título.-----

----Concretamente sobre o IC um, pediu esclarecimentos sobre o andamento dos trabalhos no troço que vai ligar o alto do Ameal e que vem de Norte, dado parecer que a obra está parada.-----

-----Sobre o projecto de há muito programado para construção da Passagem Superior sobre a Avenida General Humberto Delgado, concretamente junto ao Centro Coordenador, continuou a encarecer essa necessidade, pedindo esclarecimentos sobre eventual programação dessa obra. Aludiu a questões de segurança dos peões que importa salvaguardar.-----

-----Relativamente ao Centro de Saúde, o Sr. Presidente da Câmara, compreendeu a pertinência sobre os esclarecimentos, pedidos e informou considerar inaceitável o facto de, em PIDDAC, não ter sido inscrita verba, o que levou a uma tomada de posição formalmente apresentada e que consta do respectivo processo.-----

-----No que se refere à Passagem Superior informou que tecnicamente a sua construção foi desaconselhada, para além de que o seu custo rondaria várias dezenas de milhares de contos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SITUAÇÃO SOCIAL DO CONCELHO – DESEMPREGO:-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sra. Graça Oliveira, sensibilizou a Assembleia para o agravamento da situação social do Concelho, com todas as consequências em termos económicos e de qualidade de vida, para a qual tem contribuído o encerramento das indústrias tradicionalmente como grandes empregadoras, com destaque para o caso da Casa Hipólito.-----

-----Aludiu também à situação de insegurança no emprego decorrente do recurso ao trabalho precário.-----

-----Reconhecendo não ser esta matéria da competência da Câmara, entende que pelas suas implicações a Autarquia não poderá ficar alheia a este assunto, pelo que deverá ter um papel interventivo junto da Administração Central.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara mostrou-se sensível às preocupações nesta matéria, pois na verdade assiste-se ao encerramento das maiores empresas empregadoras, com a consequente redução de postos de trabalho e os inerentes problemas sociais.-----

-----A este propósito lembrou que actualmente a Câmara e os seus Serviços Municipalizados são dos maiores empregadores do Concelho, daí ter que haver alguma ponderação na análise dos quadros e da gestão dos recursos humanos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PATRIMÓNIO MUNICIPAL – PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE PATRIMÓNIO EM SANTA CRUZ:-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Silveira, Sr. Mário Miranda, congratulou-se com a política da Câmara, em matéria de aquisições a favor do Património, com destaque dos terrenos da Quimigal e da Ex-Cerâmica Pio.-----

-----Neste sentido, sugeriu o início de diligências tendentes a uma possível aquisição do espaço em Santa Cruz, onde está a decorrer a animação cultural de verão. Enalteceu as excelentes condições

daquele conjunto e as possibilidades de aproveitamento futuro, para instalação definitiva do Posto de Turismo e de outros equipamentos com esta área relacionados.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

REGIMENTO - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA - CONTEÚDO DAS INTERVENÇÕES:-----

-----O membro da Assembleia, Sr. José Menino, congratulou-se pela forma positiva como tem vindo a ser aproveitada a prerrogativa regimental, dada aos membros da Assembleia para intervirem Antes da Ordem do Dia. Afirmou que é notória a melhoria da qualidade dos temas apresentados, os quais constituem de facto os vectores principais das preocupações do Município, abandonando-se questões de somenos importância.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

LARGO DE SÃO PEDRO – INSTALAÇÕES DE PEQUENOS EQUIPAMENTOS – UTILIZAÇÃO POR PARTE DE MUNICÍPES:-----

-----Voltou a referir-se ao assunto em título, o Sr. José Menino, para enaltecer a qualidade e centralidade deste espaço, o qual necessariamente é muito procurado pela população sobretudo a de nível etário em situação de aposentação. Daí considerar de extrema importância a existência de pequenos equipamentos que tornem aquele local mais acolhedor e funcional, como sejam a instalação de repuxo de água e bancos de jardim.-----

-----Sobre esta matéria o Sr. Presidente informou desde logo que tais equipamentos já estavam devidamente instalados.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PASSAGEM DA POVOAÇÃO DE MACEIRA A FREGUESIA:-----

-----O membro da Assembleia Municipal, Sr. José Menino, questionou a forma como este processo está a decorrer, uma vez que se verifica um impasse para o qual não encontra justificação, dado estarem reunidas as condições para que se venha a tomar posição sobre esta matéria.-----

-----A Assembleia tomou conhecimento.-----

ABASTECIMENTO DE ÁGUA A CAMPELOS E CABEÇA GORDA:-----

-----Usou da palavra a Presidente da Junta de Freguesia de Campelos, Sr. Isália Maria Dâmaso, para mostrar a sua grande preocupação relativamente às carências no abastecimento de água, sobretudo no Verão, onde os caudais são muito reduzidos, provocando situações de total falta de água nomeadamente aos fins de semana.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se de imediato ao Período da Ordem do Dia.-----

PONTO UM – CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMO AO ABRIGO DA LINHA DE CRÉDITO ESPECIAL PARA APOIO À REPARACÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELAS

INTEMPÉRIES QUE OCORRERAM NOS MESES DE DEZEMBRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO E JANEIRO DE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS – OBRAS DE REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA ATÉ AO MONTANTE DE CENTO E VINTE MIL E QUINHENTOS CONTOS – DECRETO-LEI NÚMERO QUARENTA E SETE, BARRA NOVENTA E SEIS, DE QUINZE DE MAIO:-----

-----Sobre o assunto, presente ofício número cinco mil setecentos e dois de oito do mês em curso, da Câmara Municipal de Torres Vedras, o qual se passa a transcrever:-----

-----“Através do Decreto-Lei número quarenta e sete, barra, noventa e seis, de quinze de Maio, foi criada uma linha de crédito especial para apoio à reparação dos danos causados pelas intempéries que ocorreram nos meses de Dezembro de mil novecentos e noventa e cinco e Janeiro de mil novecentos e noventa e seis.-----

-----A esta linha de crédito têm acesso os municípios que tenham sofrido prejuízos causados pelas referidas intempéries e que pretendam proceder a investimentos de recuperação de equipamentos e infraestruturas.-----

-----Sequencialmente, o Despacho número trinta e dois, barra, noventa e seis, da Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território veio determinar os procedimentos a adoptar pelos Municípios para efeitos de comprovação da possibilidade de acesso àquela linha de crédito.-----

-----Nesta conformidade foram elaboradas fichas discriminando as reparações já realizadas, as em curso e as a iniciar, relativamente à rede viária, sector este onde se registou a maior incidência de prejuízos e que ascendem a cento e vinte mil e quinhentos contos.-----

-----Estas fichas foram enviadas à Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, que, emitiu a Declaração, cuja fotocópia se anexa.-----

-----Esta matéria foi presente às reuniões de Câmara de vinte de Maio de mil novecentos e noventa e seis e de um de Julho de mil novecentos e noventa e seis, tendo, nesta última e com base nos elementos constantes da citada Declaração, o Órgão Executivo deliberado contrair um empréstimo a longo prazo, para financiamento de obras de reparação da rede viária, até ao montante de cento e vinte mil e quinhentos contos, valor que corresponde efectivamente à totalidade da inventariação dos prejuízos causados.-----

-----Considerando, no entanto, que a linha de crédito especial irá cobrir apenas uma percentagem, cujo valor ainda não está expressamente definido, deliberou ainda a Câmara que o diferencial até aos cento e vinte mil e quinhentos contos revista a natureza de um empréstimo no âmbito do regime geral aplicável.-----

-----De notar que o empréstimo que vier a ser contraído ao abrigo da mencionada linha de crédito não contará para os limites de endividamento, conforme decorre do número dois do artigo vigésimo

segundo da Lei número dez - B, barra, noventa e seis, que aprova o Orçamento do Estado para mil novecentos e noventa e seis.-----

----Ainda decorrente da deliberação camarária tomada na referida reunião de um do mês em curso, foram convidadas a apresentar propostas todas as Instituições de Crédito representadas nesta cidade. A abertura das propostas ocorrerá na reunião do órgão Executivo a realizar no próximo dia quinze do corrente mês.-----

----Considerando o prazo estipulado na Declaração atrás citada para que a Instituição de Crédito venha a informar a Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do montante do pedido de empréstimo apresentado por esta Câmara Municipal, foi também deliberado que, desde logo, venha a ser seleccionada a Instituição de Crédito, ficando, no entanto, este acto condicionado à autorização desse Órgão Deliberativo, facto que será dado conhecimento à respectiva Instituição de Crédito aquando da comunicação relativa à sua selecção.-----

----Nesta conformidade solicita-se a V. Exa. autorização para a contracção do empréstimo em causa, em conformidade com as disposições constantes na alínea e) do número dois do artigo trigésimo nono do Decreto-Lei número cem, barra, oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, na sua actual redacção.”-----

----Em anexo, remete a capacidade de endividamento do Município e cópia da referida Declaração.

----O Sr. Presidente da Câmara prestou ainda alguns esclarecimentos sobre este assunto, tendo concluído afirmando que está seguro que este montante não cobre os prejuízos do último Inverno.---

----De seguida informou que, conforme consta do ofício da Câmara Municipal, as propostas das Instituições de Crédito foram abertas perante o Executivo no passado dia quinze, tendo o Executivo deliberado seleccionar a proposta apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras, cujas condições foram aceites por aquela Instituição de Crédito.-----

----De seguida usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, Sr. Joaquim José Vidal Severino sugerindo que das obras executadas com o dinheiro deste empréstimo venha a ser elaborada uma relação exhaustiva a fim de a Assembleia tomar conhecimento do seu destino, já que isso ainda não foi feito, pois parece-lhe que esse é um documento que já devia ter sido distribuído à Assembleia.-----

----Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Carvoeira, alertando para a necessidade urgente da repavimentação de alguns caminhos e arruamentos na sua Freguesia que estão intransitáveis e solicitando informação sobre se estão previstas neste projecto algumas dessas obras.

----O membro da Assembleia Municipal Sr. Viriato Batalha salientou que é nestas alturas que se conclui haver excessos em despesas correntes que obrigam depois a responsabilidades acrescidas porque as despesas de capital não prevêm estas situações.-----

----Por último questionou se a verba em causa visa apenas interesses públicos ou engloba também

os prejuízos causados a privados.-----

----Usou da palavra o membro da Assembleia Municipal Sra. Graça Oliveira, questionando se já estão definidos os critérios para selecção dos trabalhos a executar, uma vez que é do seu conhecimento que o prejuízo inicialmente estimado é de cerca de duzentos e cinquenta mil contos.--

----Por outro lado solicitou que viesse a ser facultada à Assembleia Municipal a relação dos prejuízos, atenta a competência do órgão deliberativo nesta matéria.-----

----O Sr. Presidente da Câmara voltou a intervir informando que o levantamento foi feito pelo Departamento de Obras Municipais, acreditando, no entanto, que os valores encontrados pudessem estar um pouco inflacionados.-----

----Mais tarde quando foi pedido algum rigor foi encontrado o valor de cento e vinte mil e quinhentos contos, mas está consciente de que os estragos ascendem a mais, pelo menos ao nível de algumas Freguesias os prejuízos foram muito elevados.-----

----No que se refere aos critérios para aplicação da verba informou que terá sempre que se proceder à reposição das estradas que tenham dificuldades de tráfego, nomeadamente aquelas que quase desapareceram, provocando agora insegurança a quem por lá passa.-----

----Lembrou que há situações demasiado graves que não se compadecem pela chegada do empréstimo, pelo que a Câmara terá que avançar desde já com algumas obras.-----

----Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação este ponto da Ordem de Trabalhos, nos termos da alínea e) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei número cem, barra, oitenta e quatro de vinte e nove de Março, na sua actual redacção.-----

----Foi assim deliberado por unanimidade:-----

----Primeiro - Autorizar a Câmara Municipal a contrair um empréstimo a longo prazo, para financiamento de obras de reparação da rede viária, até ao montante de cento e vinte mil e quinhentos contos, valor que corresponde efectivamente à totalidade da inventariação dos prejuízos causados.-----

----Segundo - Considerando que ainda não se encontra definido pela Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo o montante a que a Câmara se pode candidatar ao abrigo da Linha de Crédito Especial criada pelo Decreto-Lei quarenta e sete, barra, noventa e seis, de quinze de Maio, autorizar, desde já, o recurso a empréstimo para o diferencial, no âmbito do regime geral; e---

----Terceiro - Homologar todos os procedimentos já desenvolvidos pela Câmara Municipal, nomeadamente quanto à selecção da proposta apresentada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Torres Vedras.-----

PONTO DOIS – REESTRUTURAÇÃO DA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS RECLASSIFICAÇÃO PROFISSIONAL – AJUSTAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL:---

----Sobre o assunto, presente proposta da Câmara Municipal, com data de quinze de Julho, a qual se

passa a transcrever:-----

----“Um - Lugares a criar:-----

----Um Fiscal Municipal de Segunda Classe;-----

----Um Encarregado de Instalações Desportivas e/ou Recreativas-----

----Seis Auxiliares Administrativos;-----

----Um Serralheiro Civil;-----

----Um Capataz de Pessoal Operário Não Qualificado.-----

----Dois - Atenta a situação de haver lugares necessários para a reclassificação, a extinguir e a extinguir quando vagarem, deverão ser retirados dessa situação, os seguintes:-----

----Dois Encarregados de Instalações Desportivas e/ou Recreativas;-----

----Um Fiscal Municipal de Segunda Classe;-----

----Sete Auxiliares Administrativos.-----

----O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra para esclarecer que ainda decorrente da reclassificação profissional de alguns funcionários da Câmara, se torna necessário criar alguns lugares, extinguindo outros. Lembrou que há funcionários há muitos anos a desempenhar funções que na realidade não correspondem à sua categoria profissional, desmotivando-os e trazendo alguns problemas ao bom funcionamento dos serviços.-----

----Proseguiu, apresentando as suas desculpas pelo facto de este assunto não ter sido tratado na sua totalidade na última sessão da Assembleia Municipal, mas de facto não tinha ainda sido concluído o processo de reclassificação e tornou-se necessário recorrer novamente ao órgão Deliberativo.-----

----De seguida deu exemplos concretos de alguns funcionários que desempenham funções diferentes da categoria a que pertencem. Lembrou que a reclassificação está prevista na Lei, que se trata de uma competência do Presidente da Câmara, e que as pessoas a reclassificar têm que, obrigatoriamente, obedecer a determinados requisitos, como sejam as habilitações literárias.-----

----Interveio o membro da Assembleia Municipal, Sr. Luís Natal Marques, referindo que sendo a Câmara, essencialmente um prestador de serviços que depende em grande parte da qualidade e da motivação das pessoas, e que a reclassificação poderá trazer essa motivação, entende tratar-se de uma questão de justiça, pelo que declarou desde logo que o seu Grupo Municipal iria votar a favor da reclassificação.-----

----Usou da palavra o membro da Assembleia Municipal, Sra. Conceição Carichas, declarando que tem alguma dificuldade em entender porque é que a Assembleia já foi chamada a pronunciar-se sobre uma questão idêntica, exactamente na reunião anterior, e não foi tratado todo o assunto na sua totalidade. Por outro lado questionou se foi analisada a competência das pessoas que vão ser reclassificadas, pois não lhe parece suficiente que essas pessoas apenas desempenham funções diferentes da sua categoria.-----

-----Sobre o assunto, o Sr. Presidente da Câmara esclareceu que o que se pede à Assembleia é tão só um ajustamento ao Quadro de Pessoal, reafirmando que com esta alteração não há aumento do número de funcionários.-----

-----Por outro lado, não havendo lugares para todas as pessoas, um dos critérios de selecção para a reclassificação foi exactamente a da competência de cada um dos funcionários, tendo para o efeito sido ouvidos quer os Vereadores, quer as respectivas Chefias.-----

-----Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação a proposta relativa ao ajustamento do Quadro de Pessoal, nos termos da alínea f) do número dois do artigo trinta e nove do Decreto-Lei número cem, barra, oitenta e quatro de vinte e nove de Março, na sua actual redacção, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

PONTO TRÊS – AQUISIÇÃO À QUIMIGAL, SOCIEDADE ANÓNIMA, DOS TERRENOS ENVOLVENTES AO MERCADO MUNICIPAL COBERTO – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SETE – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS:-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia informou que a Câmara pretende a assunção do compromisso desta Assembleia em aprovar a inscrição da verba de trinta e cinco mil contos em Plano e Orçamento para o próximo ano, atendendo às condições de pagamento já negociadas com a Quimigal referentes à aquisição em título, para a qual já havia sido dada a respectiva autorização da compra.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara interveio, para esclarecer que se trata de um formalismo legal, dado estar-se perante aquisição cujos encargos serão repartidos em duas gerências distintas.-----

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia submeteu á votação este ponto da Ordem de Trabalhos, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.-----

PONTO QUATRO – AQUISIÇÃO DE PRÉDIO E TERRENO CONFINANTES COM INSTALAÇÕES MUNICIPAIS/ ESTALEIRO/ SAIBREIRO - VALOR DA AQUISIÇÃO EXTRAJUDICIAL:-----

-----Sobre o assunto, presente ofício da Câmara Municipal de Torres Vedras número cinco mil seiscentos e quarenta e seis de quatro do mês em curso.-----

-----Dá conhecimento de que na sequência da autorização concedida pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de treze, de Fevereiro do ano em curso, a Câmara concretizou a aquisição dos imóveis em causa, através da via extrajudicial pelo montante global de cinquenta mil contos, acrescido dos encargos inerentes a esta forma de aquisição.-----

-----Não havendo qualquer intervenção sobre este ponto da ordem de trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa pôs o mesmo à votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:-----

-----Por proposta do Sr. Presidente da Mesa foi a presente acta aprovada por unanimidade, em minuta, a fim de surtir efeitos imediatos.-----

-----**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelas uma horas o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente Sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que depois de elaborada pelo Sr. Mário Manuel de Jesus Miranda, servindo de primeiro secretário, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
